



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica Reduto
SPE S.A.*



ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração dos resultados	6
Balanços patrimoniais	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas	9
1 Informações gerais e base de preparação	9
1.1 Informações gerais	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	10
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	11
2 Principais informações financeiras	11
2.1 Resultado do exercício	11
2.1.1 Receita operacional, líquida	11
2.2 Ativos e passivos financeiros	13
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	19
2.4 Patrimônio líquido	21
3 Estimativas críticas e riscos	22
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	22
3.2 Gestão de riscos	23
4 Itens não reconhecidos	24
4.1 Contingências	24
5 Outras informações	24
5.1 Transações com partes relacionadas	25
5.2 Seguros	25
6 Políticas contábeis materiais	25
6.1 Caixa e equivalentes de caixa	25
6.2 Imobilizado	25
6.3 Intangível	26
6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment")	27
6.5 Empréstimos e financiamentos	28
6.6 Provisões	28
6.7 Tributação	28
6.8 Outros ativos e passivos	29
6.9 Reconhecimento de receita	29
6.10 Instrumentos financeiros	30
6.11 Passivo de arrendamentos	30
6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente	30
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	31

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.
São Miguel do Gostoso - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

7017104222064EF
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(3.039)	632
Ajustes por			
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	5.538	4.732
Ajuste a valor presente	2.1.3	113	103
Depreciações e amortizações	2.1.2	3.774	3.677
Penalidades contratuais - reversão/provisão	2.1.1	12.311	6.843
Recalculo de penalidade pagas - atualização financeira	2.2.8	-	562
Penalidade contratual - atualização financeira	2.1.3	204	582
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.2.4	564	-
Rendimento de aplicação financeira	2.1.3	(3.030)	(1.944)
Diminuição (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(1.799)	(382)
Adiantamentos a fornecedores		72	80
Despesas antecipadas		332	(26)
Outros ativos		(805)	(197)
Aumento (diminuição) nos passivos			
Fornecedores		(230)	84
Obrigações fiscais e trabalhistas		(520)	(145)
Fornecedores – partes relacionadas		99	142
Penalidades contratuais suspensas - pagamento	2.2.8	(1.369)	(1.479)
Recursos provenientes das atividades operacionais		12.216	13.264
Juros pagos sobre financiamento	2.2.7	(3.189)	(3.496)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(831)	(1.167)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		8.196	8.601
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(608)	(375)
(Aquisições) Baixas de imobilizado	2.3.1	-	(83)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento		(608)	(458)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.7	(4.825)	(4.387)
Pagamento de arrendamentos	2.2.9	(397)	(382)
Dividendos pagos		-	(232)
Aumento de capital	2.4.1	719	83
Resgates da reserva de capital	2.4.2	(2.584)	(2.449)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento		(7.087)	(7.367)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		501	776
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.2.2	1.604	828
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		501	776
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.2.2	2.105	1.604
Transações que não afetam o caixa			
Baixa de valores prescritos	2.1.2	(31)	(131)
Baixa de impostos prescritos		-	51

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita com fornecimento de energia operacional, líquida	2.1.1(a)	11.507	15.840
Outras receitas operacionais	2.1.1(b)	1.093	987
Custos operacionais	2.1.2	(12.010)	(11.897)
Resultado bruto		590	4.930
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(710)	(738)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		(120)	4.192
Despesas financeiras		(6.033)	(5.504)
Receitas financeiras		3.114	1.944
Resultado financeiro	2.1.3	(2.919)	(3.560)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.039)	632
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.968)	(1.322)
Prejuízo do exercício		(5.007)	(690)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a demonstração dos resultados abrangentes.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.2	2.105	1.604	Fornecedores	2.2.6	1.969	2.199
Contas a receber	2.2.4	3.912	2.483	Empréstimos e financiamentos	2.2.7	5.977	4.539
Adiantamentos a fornecedores		16	57	Obrigações fiscais e trabalhistas		1.140	524
Despesas antecipadas		-	332	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	262	163
Outros ativos	2.2.5	862	667	Penalidades contratuais	2.2.8	14.535	11.081
Total do ativo circulante		6.895	5.143	Passivo de arrendamentos	2.2.9	161	143
				Total do passivo circulante		24.044	18.649
Não Circulante				Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	25.653	22.015	Empréstimos e financiamentos	2.2.7	31.025	35.191
Contas a receber	2.2.4	968	-	Penalidades contratuais	2.2.8	11.509	2.623
Outros ativos	2.2.5	1.067	458	Passivo de arrendamentos	2.2.9	2.760	2.841
Imobilizado	2.3.1	89.079	92.613	Obrigações pela desmobilização de ativos		1.335	1.222
Intangível	2.3.2	2.427	2.585	Total do passivo não circulante		46.629	41.877
Total do ativo não circulante		119.194	117.671	Total do passivo		70.673	60.526
				Patrimônio Líquido	2.4		
				Capital social		50.359	49.640
				Reserva de capital		1.609	4.193
				Reserva de lucro		3.448	8.455
				Total do patrimônio líquido		55.416	62.288
Total do Ativo		126.089	122.814	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		126.089	122.814

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros			Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		49.557	6.642	641	8.504	9.145	-	65.344
Aumento de capital	2.4.1	83	-	-	-	-	-	83
Resgate da reserva de capital	2.4.2	-	(2.449)	-	-	-	-	(2.449)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(690)	(690)
Destinação do prejuízo								
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(690)	(690)	690	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		49.640	4.193	641	7.814	8.455	-	62.288
Aumento de capital	2.4.1	719	-	-	-	-	-	719
Resgate da reserva de capital	2.4.2	-	(2.584)	-	-	-	-	(2.584)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(5.007)	(5.007)
Destinação do prejuízo								
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(5.007)	(5.007)	5.007	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		50.359	1.609	641	2.807	3.448	-	55.416

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Notas explicativas****1 Informações gerais e base de preparação**

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, constituída em 24 de outubro de 2011 e com sede administrativa e foro jurídico no município de São Miguel do Gostoso, no estado do Rio Grande do Norte na Rodovia RN 221, s/n, KM 01, Bairro: Zona Rural - CEP: 59.585-000. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Reduto.

A Companhia recebeu a declaração de apta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 26 de junho de 2015, porém não iniciou a operação, visto que a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) não havia concluído a Subestação de Transmissão, fato que ocorreu em junho de 2017. Conforme previsto no CER - Contrato de Leilão de Energia de Reserva, a Companhia começou a faturar o Contrato, independentemente de estar gerando energia, a partir do recebimento da declaração de apta.

Autorização do Parque Eólico Reduto

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16 de abril de 2012 e o término em 16 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Companhia.

A Companhia entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, a Companhia entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Companhia passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$98,92 reais/MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2035 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 165/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento.

O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável.

Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte.

Capital circulante líquido negativo

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em 31 de dezembro de 2025, mesmo com capital circulante negativo no montante de R\$ 17.149 (R\$ 13.506, em 31 de dezembro de 2024), tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades registrado no circulante, assim como de empréstimos e financiamentos. Cabe destacar que, embora os contratos de venda de energia elétrica de longo prazo continuem vigentes, os valores registrados no ativo circulante referem-se apenas às receitas já realizadas por competência mensais que serão liquidadas no mês subsequente, não refletindo o valor total contratual a receber ao longo do prazo dos contratos. Nesse sentido, a Administração entende que a Companhia dispõe de estrutura operacional e financeira suficiente para conduzir suas atividades normalmente, sendo as presentes demonstrações financeiras elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 4 de fevereiro de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional, líquida****2.1.1 (a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEE	24.306	23.285
Penalidades - CCEE	(12.311)	(6.843)
Tributos sobre receita	(488)	(602)
Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida	<u>11.507</u>	<u>15.840</u>

As penalidades apuradas para o exercício totalizam um montante de R\$ 12.311 (Nota 2.2.8), sendo majoritariamente composta por:

- R\$ 8.460 referente a penalidade anual finalizada do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025), R\$ 8.836 referente a penalidade anual corrente apurada para o 4º ano do 3º quadriênio (julho/2025 a junho/2026), (R\$ 1.161) referente ao ressarcimento apurado para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026) e R\$ 19 referente ao recálculo da penalidade contratual do 4º ano do 2º quadriênio (julho/2021 a junho/2022).
- Reversão da provisão de penalidade anual corrente registrada em dezembro/2024 de (R\$ 3.563) e penalidade quadrienal corrente de (R\$ 248).

2.1.1 (b) Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas operacionais	1.657	987
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(564)	-
Outras receitas operacionais, líquida	<u>1.093</u>	<u>987</u>

Saldo do exercício:

- Emissão do documento do valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque Reduto acima do previsto em contrato, sendo ele RS 244 registrado em março de 2025, assim como a reversão da provisão em (R\$ 207) realizada no exercício comparativo e R\$ 1.620 registrados em dezembro de 2025

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(R\$ 307 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 680 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024).

- Os créditos a receber decorrentes das cláusulas de indenização por indisponibilidade técnica previstas nos contratos junto aos fornecedores configuram direitos contratuais já constituídos, de natureza indenizatória. A incerteza existente limita-se ao momento e à forma de liquidação financeira, não afetando a existência do direito. Dessa forma foi constituído em 31 de dezembro de 2025 o montante de (R\$ 564) a título de provisão para perdas de crédito.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Depreciações e amortizações	(3.774)	-	(3.677)	-
Encargos setoriais	(2.853)	-	(2.770)	-
Serviços de operação & manutenção - Partes Relacionadas	(1.510)	-	(1.437)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.542)	-	(3.432)	-
Seguros	(332)	-	(324)	-
Aluguel	14	-	(24)	-
Energia comprada para revenda	(13)	-	(8)	-
Outros custos	-	-	(225)	-
Serviços	-	(465)	-	(441)
Despesas administrativas gerais	-	(191)	-	(297)
Despesas Legais e Judiciais	-	(23)	-	(51)
Outras despesas/receitas	-	(31)	-	51
	(12.010)	(710)	(11.897)	(738)

2.1.3 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.030	1.944
Outras receitas financeiras	84	-
Total	3.114	1.944
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.286)	(4.478)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(252)	(254)
Ajuste a valor presente	(113)	(103)
Recálculo de penalidades pagas - provisão/reversão	-	476
Recálculo de penalidades pagas - atualização financeira	-	(562)
Atualização penalidades suspensas	(204)	(582)
Outras despesas financeiras	(178)	(1)
Total	(6.033)	(5.504)
Total de resultado financeiro	(2.919)	(3.560)

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.1.4 Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1)	24.306	23.285
Penalidade contratual (Nota 2.1.1)	(12.311)	(6.843)
Base ajustada	11.995	16.442
Outras receitas	-	680
Base ajustada (c)	-	680
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	960	1.315
Presunção contribuição social - 12% (b)	1.439	1.973
Presunção imposto de renda e contribuição social - 32% (c)	-	218
Demais Receitas e Ganhos de capital (d)	4.771	2.251
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)+(d)	5.731	3.784
Imposto de renda: 15%	(860)	(568)
Adicional de Imposto de Renda: 10%	(549)	(354)
Total IRPJ	(1.409)	(922)
Base de Cálculo - CSLL (b)+(c)+(d)	6.210	4.224
Contribuição social: 9%	(559)	(400)
Total de CSLL	(559)	(400)
Total IRPJ e CSLL	(1.968)	(1.322)

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.105	1.604
Contas a receber	4.879	2.483
Títulos e valores mobiliários	25.653	22.015
Outros ativos	1.930	1.125
Total ativos financeiros	34.567	27.227
Passivos financeiros		
Fornecedores	(1.969)	(2.199)
Empréstimos e financiamentos	(37.002)	(39.730)
Penalidades contratuais	(26.044)	(13.704)
Passivo de arrendamento	(2.921)	(2.984)
Contas a pagar e dividendos - partes relacionadas	(262)	(163)
Total de passivos financeiros	(68.198)	(58.780)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(33.631)	(31.553)

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	3	13
Aplicações financeiras	2.102	1.591
	<u>2.105</u>	<u>1.604</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade variou de 96,5% a 97% de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Ambas as aplicações são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva SPE (1)	20.388	16.543
Serviço da dívida – empréstimo BNDES (2)	2.698	2.412
Serviços de manutenção - O&M (2)	1.087	972
Conta Centralizadora (3)	1.477	2.078
Outras aplicações restritas	3	10
	<u>25.653</u>	<u>22.015</u>

A seguir, descrição das principais contas:

(1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.

(2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

(3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.7).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,7% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.4 Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é composto da seguinte forma:

- Valor a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) de R\$ 2.112 (R\$ 1.970 em 31 de dezembro de 2024) referente à receita fixa de geração de energia eólica. O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Mais detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1;
- Valor de R\$ 1.162 referente ao ressarcimento quadrienal apurado para o exercício (Nota 2.1.1);
- Rubrica de clientes diversos no valor de R\$ 2.170 (R\$ 513 em 31 de dezembro de 2024 majoritariamente composta pelo valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção, assim como R\$ 564 registrados como provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 2.1.1.(b)).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante		
Receita Fixa (*)	2.112	1.970
Ressarcimento (**)	194	-
Clientes diversos	2.170	513
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (***)	(564)	-
Total	<u><u>3.912</u></u>	<u><u>2.483</u></u>
Ativo não circulante		
Ressarcimento (**)	968	-
Total	<u><u>968</u></u>	<u><u>-</u></u>
Total contas a receber	<u><u>4.879</u></u>	<u><u>2.483</u></u>

(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

(**) Referente a provisão de receita variável do contrato CER (Nota 1)

(***) Referente a provisão para perdas de créditos (Nota 2.1.1)

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNDES (Nota 2.2.7).

2.2.5 Outros ativos

O saldo é composto majoritariamente pela rubrica de outros impostos apurados por competência sobre as penalidades contratuais, no valor de R\$ 1.543. A composição está assim demonstrada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante		
Outros impostos – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL	862	657
Outros ativos	-	10
Total circulante	<u><u>862</u></u>	<u><u>667</u></u>
Ativo não circulante		

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Outros impostos – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL	681	156
Depósito judicial	386	302
Total não circulante	1.067	458
Total	1.929	1.125

2.2.6 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços	1.700	1.528
Encargos setoriais	269	247
Seguros	-	347
Outros	-	77
Total de fornecedores	1.969	2.199

(*) No primeiro trimestre de 2025, o valor referente aos seguros foi integralmente quitado.

2.2.7 Empréstimos e financiamentos**2.2.7.1 Composição de saldo**

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	37.002	39.730
				37.002	39.730
Total circulante				5.977	4.539
Total não circulante				31.025	35.191

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 é de 10,71% (10,54% para 31 de dezembro de 2024).

2.2.7.2 Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	39.730	43.135
Juros incorridos	5.286	4.478
Juros pagos	(3.189)	(3.496)
Amortização de principal	(4.825)	(4.387)
Saldo final	37.002	39.730

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.7.3 Cláusulas restritivas**

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) anual deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida].

Em 31 de dezembro de 2025 o referido índice atingiu o número de 2,76 (2024 – 3,02) conforme apresentado abaixo:

	Cálculo do ICSD
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	23.619
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.412)
(-) Conta reserva O&M	(972)
(A) Caixa inicial das atividades	20.235
Ajustes no EBITDA	
Prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025	(5.007)
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.968
(+/-) Resultado financeiro	2.919
(+) Depreciação e amortização	3.774
EBITDA ajustado	3.654
(-) Despesas de imposto de renda e contribuição social apurada no exercício, líquido de diferimento	(1.794)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	1.860
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	8.014
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	2,76

2.2.7.4 Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (9 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, findo em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do Contrato de Energia de Reserva, a Companhia teve a energia contratual revisada para o segundo quadriênio e, como consequência, houve uma redução da receita fixa do empreendimento.

O desempenho do parque no segundo quadriênio (julho de 2018 – junho de 2022) foi objeto de revisão do montante de energia contratada, sendo que, a partir de julho de 2022, o parque passou a ter 13,1 MW médios de energia contratual para o período que compreende julho de 2022 a junho de 2026, montante 3,3% inferior quadriênio anterior (13,6 MW méd).

Diante disso, houve uma redução na receita fixa para o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual poderá retornar ao volume originalmente contratado no leilão a partir do início do quarto quadriênio.

Em dezembro de 2025 a Companhia registra um valor de R\$ 26.044 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 2.086 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2021 a junho de 2022 (4º ano do 2º quadriênio), R\$ 1.910 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 4.739 referente à penalidade anual do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio), R\$ 8.473 referente à penalidade anual do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º quadriênio) e R\$ 8.836 referente à penalidade anual corrente do período de julho de 2022 a junho de 2026 (4º ano do 3º quadriênio contratual).

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliará o cumprimento das condições para o enquadramento da Companhia no referido mecanismo, portanto não houve reconhecimento contábil à referida compensação, sendo o assunto divulgado para fins informativos.

Os valores em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	13.704	7.196
Penalidade contratual - reversão exercício anterior	(3.811)	(1.071)
Recálculo de penalidades pagas - provisão/reversão	20	(476)
Recálculo de penalidades pagas - atualização financeira	-	562
Atualização financeira	204	582
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (2º anuênio - julho/2019 a junho/2020)	-	(1.479)

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Saldo de pagamento penalidades suspensas - (4º anuênio - julho/2021 a junho/2022)	(710)	-
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (2º quadriênio - julho/2018 a junho/2022)	(659)	-
Penalidade contratual - finalizada	8.460	4.579
Penalidade contratual - em curso	8.836	3.811
Saldo final	26.044	13.704
Passivo circulante	14.535	11.081
Passivo não circulante	11.509	2.623

2.2.9 Passivo de arrendamento

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 2.3.1. A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivos de arrendamento	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	143	-	(145)	-	163	161
Passivo Não Circulante	2.841	252	(252)	82	(163)	2.760
Total no Passivo	2.984	252	(397)	82	-	2.921

Passivos de arrendamento	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	126	-	(128)	-	145	143
Passivo Não Circulante	2.855	254	(254)	131	(145)	2.841
Total no Passivo	2.981	254	(382)	131	-	2.984

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, Máquinas e equipamentos de geração	123.961	86.445	123.865	89.814
Total do imobilizado em operação	123.961	86.445	123.865	89.814
Bens em operação				
Máquinas e Equipamentos	215	59	215	81
Materiais Sobressalentes	161	110	161	117
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	3.363	2.457	3.363	2.588
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.9)	22	-	22	.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Instalações	34	7	34	11
Moveis e Utensílios	6	1	6	2
Total bem em operação	3.801	2.634	3.801	2.799
Total do imobilizado	127.762	89.079	127.666	92.613

Todo o montante de despesa de depreciação, no período, foi reconhecido nos custos operacionais.

O financiamento junto ao BNDES (Nota 2.2.7) está garantido por 9 turbinas para geração de energia no montante total de R\$ 76.891.

2.3.1.1 Movimentações em 2025

Imobilizado em operação	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Aerogeradores, Máquinas e equipamentos de geração	89.814	-	(3.369)	86.445
Total do imobilizado em operação	89.814	-	(3.369)	86.445
Bens em operação				
Máquinas e Equipamentos	81	-	(22)	59
Materiais Sobressalentes	117	-	(7)	110
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	2.588	82	(213)	2.457
Instalações	11	-	(4)	7
Moveis e Utensílios	2	-	(1)	1
Total do imobilizado em operação	2.799	82	(247)	2.634
Total do imobilizado	92.613	82	(3.616)	89.079

2.3.1.2 Movimentações no exercício comparativo

Imobilizado em operação	Valor líquido em 31/12/2023	Atualização contratual	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Aerogeradores, Máquinas e equipamentos de geração	93.025	-	83	(3.294)	89.814
Total do imobilizado em operação	93.025	-	83	(3.294)	89.814
Bens em operação					
Máquinas e Equipamentos	102	-	-	(21)	81
Materiais Sobressalentes	123	-	-	(6)	117
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	2.661	131	-	(204)	2.588
Instalações	14	-	-	(3)	11
Moveis e Utensílios	3	-	-	(1)	2
Total do imobilizado em operação	2.903	131	-	(235)	2.799
Total do imobilizado	95.928	131	83	(3.529)	92.613

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.3.2 Intangível**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	3.695	2.427	3.695	2.585
Software	35	-	35	-
Total do intangível em operação	3.730	2.427	3.730	2.585

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção do parque.

2.3.2.1 Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Intangível em operação	2.585	(158)	2.427
Total do intangível	2.585	(158)	2.427

2.3.2.2 Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Intangível em operação	2.733	(148)	2.585
Total do intangível	2.733	(148)	2.585

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada em 24 de junho de 2025, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 719 (setecentos e dezenove mil reais) mediante emissão de 719.385 (setecentas e dezenove mil, trezentas e oitenta e cinco) novas ações (em 30 de junho de 2024 o valor de 83 (oitenta e três mil reais) mediante emissão de 83.000 (oitenta e três mil) novas ações), nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

O capital social da Companhia é de R\$ 50.359 (cinquenta milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), dividido em 51.968.214 (cinquenta e um milhões, novecentos e sessenta e oito mil e duzentos e quatorze) ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 49.640 divididos em 53.832.730 ações ordinárias), sem valor nominal, integralmente detidas

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



pela Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. A alteração da quantidade de ações da Companhia é devido à aplicação de reserva de capital, conforme nota explicativa 2.4.2.

2.4.2 Reservas de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 12 de janeiro de 2026 e nos termos do art. 44 da Lei das S.A. e do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, foi resgatado reserva de capital no montante de R\$ 2.584, divididos em 2.583.901 ações ordinárias, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.449 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 2.448.920 ações ordinárias) sem redução do capital social da Companhia, conforme nota explicativa 2.4.1.

2.4.3 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta reserva de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

A companhia não apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025.

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Reconhecimento de danos liquidados

A garantia de disponibilidade é calculada de acordo com as premissas definidas no contrato. Se o contratado não cumprir essa garantia, deverá pagar as penalidades pela indisponibilidade. A garantia é especialmente útil em contratos de fornecimento e operação e manutenção de aerogeradores, onde atrasos ou falhas na entrega e manutenções podem causar prejuízos significativos e comprometer projetos. Dessa forma, a cláusula é usada para evitar disputas sobre o valor dos danos causados pelo inadimplemento.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.3 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	1.969	-	-	-	1.969
Empréstimos e financiamentos	5.977	5.329	18.916	6.780	37.002
Contas a pagar - Partes Relacionadas	262	-	-	-	262
Passivo de arrendamentos	161	176	624	1.960	2.921
Penalidades contratuais	14.535	11.509	-	-	26.044
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	2.199	-	-	-	2.199
Empréstimos e financiamentos	4.539	4.778	17.035	13.378	39.730
Contas a pagar - Partes Relacionadas	163	-	-	-	163
Passivo de arrendamentos	143	157	557	2.127	2.984
Penalidades contratuais	11.081	2.375	248	-	13.704

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Contingências

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui o seguinte processo:

- Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de R\$ 789 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento.
- Ação anulatória de risco possível no montante de R\$ 785 referente a reclamação trabalhista devido ao reconhecimento de responsabilidade subsidiária.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**5.1 Transações com partes relacionadas**

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
	Passivo contas a pagar	Passivo contas a pagar
Circulante		
Voltalia Energia do Brasil Ltda	125	112
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	137	51
Total	262	163

	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	(1.232)	(1.180)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	(278)	(275)
Total	(1.510)	(1.455)

5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da acionista majoritária no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			
	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
REDUTO	SEGURO GARANTIA CCT	30/09/2025 a 30/09/2026 - ZURICH	970
REDUTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE	184.230
REDUTO	SEGURO RESP. CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026- AXA	17.686

6 Políticas contábeis materiais**6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (2022 – 25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação

é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática,

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)**

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025 o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.

Membros da Administração

voltalia



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretora Geral

Diana Paula Amaral Navas

Diretor Administrativo Financeiro

Adriano Fedalto

Conselho de Administração

Bernardo Grillo Hoelz

José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva

Mauro Jose Bubniak

Contador

Ricardo César Gonçalves

CRC RJ 109527/O-7

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190
voltalialatam@vitalia.com*



www.vitalia.com     